

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	7
Metodologia	11
1. Os Acordos no Direito Administrativo Brasileiro: Contextualização Teórica e Natureza Jurídica	15
1.1 Contextualização teórica: em busca do conteúdo jurídico da consensualidade na Administração Pública	15
1.1.1 Nota introdutória: alguns dos elementos teóricos do consenso-jurídico	31
1.2 O acordo administrativo no Brasil: uma proposta de autonomização jurídica do instituto	45
1.2.1 A natureza jurídica dos acordos administrativos público-privados	55
1.2.1.1 Premissas negativas: desconstruindo a fungibilidade instrumental do agir administrativo	82
1.2.1.1.1 Acordo administrativo X Contrato administrativo	86
1.2.1.1.2 Acordo administrativo X Ato administrativo	96
1.2.1.2 Premissas positivas: a identificação do acordo administrativo no instrumental jurídico da Administração Pública	109
1.2.1.2.1 Acordo como instrumento de ação pública	109
1.2.1.2.2 Acordo como instrumento de resolução de conflitos	118
1.3 Síntese do capítulo	130

2. Parâmetros Fundamentais: Delineamentos Dogmáticos para a Construção de um Regime Jurídico Autônomo dos Acordos Administrativos	135
2.1 A consensualidade como requisito indissociável do acordo: a reserva de consenso enquanto sustentação da paridade relacional público-privada	136
2.2 Princípios informadores do acordo administrativo público-privado	144
2.2.1 Segurança jurídica, estabilidade, confiança legítima e boa-fé objetiva	145
2.2.2 Juridicidade: vinculação recíproca e garantia de cumprimento dos termos do acordo.....	159
2.2.3 Devido processo legal formal e material: a base jurídica do processo de negociação	167
2.2.4 Deferência ao mérito do acordo administrativo pelos órgãos de controle.....	189
2.3 Síntese do capítulo	206
3. O Sistema Jurídico-Constitucional dos Precatórios Requisitórios Judiciais: Análise a Partir das Prerrogativas Processuais da Fazenda Pública	209
3.1 Breve compreensão do instituto: contextualização, conceito e características	210
3.2 Precatório e dívida pública: apontamentos críticos à luz das prerrogativas processuais da Fazenda Pública.....	228
3.3 A fuga dos precatórios.....	241
3.3.1 Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas.....	242
3.3.2 Arbitragem.....	251
3.4 Mecanismos constitucionais substitutivos ao pagamento de precatório	260
3.4.1 Cessão de crédito.....	262
3.4.2 Compensação de dívidas tributárias com créditos de precatórios	263
3.4.3 Aquisição de bem público.....	265